

20 OUT 1988

Dívida externa do País diminui 5% até dezembro

A dívida externa brasileira deverá cair 5% este ano em relação a 1987. A estimativa consta da publicação **Brasil — Programa Econômico**, edição de setembro, distribuída ontem pelo departamento econômico do Banco Central.

Conforme o documento, ao final de 1988, prevê-se que a dívida externa alcance US\$ 115,2 bilhões, dos quais US\$ 106,1 bilhões corresponderiam a débitos de longo prazo (dívida registrada). A previsão não leva em conta as variações cambiais que valorizam ou desvalorizam o dólar em relação a outras moedas fortes.

O pagamento dos juros atrasados e do empréstimo-ponte, ambos de 1987, junto aos bancos privados internacionais, deverá provocar uma redução da dívida de curto prazo. A expectativa é que em 1988 esses débitos situem-se no patamar de US\$ 9,1 bilhões, contra um saldo de US\$ 13,7 bilhões em 1987.

Já a dívida registrada de médio e longo prazos deverá apresentar redução de 1,4% em 1988, como resultado da entrada de novos recursos, das conversões formais, informais e de outros pagamentos.

A dívida externa total, em julho deste ano, alcançou US\$ 117,9 bilhões, sendo US\$ 13,4 bilhões referentes à dívida de curto prazo.

A redução prevista pelo BC inclui os efeitos das renegociações das dívidas com o FMI, o Clube de Paris e os bancos credores privados; da eliminação de

débitos por meio de conversões formais e informais; e do desempenho superavitário do balanço de pagamentos (previsão de US\$ 7 bilhões).

De acordo com **Brasil — Programa Econômico**, o resultado do balanço O Congresso não poderá fixar o salário mínimo de forma como a Constituição prevê porque vai gerar um forte impacto na economia, previu ontem o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Marcelo Pimentel. O Ministro aconselha o Governo a usar uma medida provisória para fixar o novo salário até que o Legislativo regulamente o dispositivo, uma vez que não pode mais fazer uso de decreto-lei.

A nova Constituição disciplina a fixação do salário mínimo levando-se em conta gastos com moradia, alimentação, vestuário, saúde, educação, lazer, transporte e previdência social. Se os parlamentares regulamentarem o dispositivo como está no texto constitucional, se chegará próximo ao salário de Cr\$ 134.000,00, o mesmo que o Dieese defende. Na avaliação de Pimentel, seria o caos na economia. Ele acha que, nem o dobro do que é pago atualmente, o País suportaria.

PROPOSTAS

Enquanto o Congresso Nacional não define o valor do novo salário mínimo, o Governo estuda várias propostas para determinar uma medida provisória.